



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

*OCCASIONAL PAPER N.º 35*

**Portugal e Argélia: actores mediterrânicos em aproximação**

Pedro A. R. Esteves

05|Junho|2008

O distanciamento entre Portugal e a Argélia até ao início do actual século deve-se a uma conjugação de factores, ora da responsabilidade argelina, ora portuguesa, aos quais se junta a própria situação interna no país, em particular durante a década de 90.

O apoio argelino, nas décadas de 60 e 70, aos movimentos independentistas africanos na África portuguesa, num período em que Argel, acabada de sair de um processo de descolonização violento, se destacou na liderança do movimento anticolonialista, constituiu um embaraço no relacionamento bilateral.

De facto, a legitimidade revolucionária do regime argelino e o papel do Exército como reserva “activa” do Estado permaneceram inalterados três décadas após a independência. Ao contrário, o regime português liberalizou-se e “europeizou-se”, assumiu a sua posição na Aliança Atlântica e distanciou-se de posições marcadamente ideológicas no seu relacionamento externo, seguindo linhas de rumo traçadas pelos seus parceiros europeus. Neste contexto, Marrocos surgiu como a ponte para o Magrebe, em especial, nos anos finais do reinado do monarca alauita Hassan II, particularmente hábil na cultivação das relações multipolares que desenvolveu com a Europa e EUA.

As relações privilegiadas que Lisboa desenvolveu com Rabat, tanto no plano pessoal como político, funcionaram como factor de auto-exclusão da Argélia, cujo relacionamento com Marrocos continuou a assentar mais em factores de antagonismo que de convergência. A questão não resolvida do Sahara Ocidental – ainda pendente – e de competição regional pela liderança tiveram múltiplos efeitos – desde a paralisação do (lento) processo de integração regional materializado na União do Magrebe Árabe (UMA) até ao encerramento da fronteira argelo-marroquina, justificada por questões de segurança, anulando o esforço europeu de construção de um diálogo permanente multilateral entre as duas margens do Mediterrâneo.

A estes factores somou-se a década “negra” argelina, resultante de um processo precipitado de liberalização encetado pelo Presidente Chadli Bendjedid, que, no final dos anos 80, abriu as portas de um regime tendencialmente secular e moderado aos movimentos islamistas argelinos, concentrados na Frente Islâmica de Salvação (FIS). A solução para os efeitos da ascensão islamista passou pela intervenção do Exército, num golpe de Estado em 1991, entre a primeira e a segunda volta das eleições legislativas que entregariam o poder nas mãos da FIS. A ilegalização da FIS não apenas levou à criação de um braço armado (Exército Islâmico de Salvação / AIS), como lançou o terror por todo o território argelino, cuja população caiu nas mãos de “maquis” controlados pelo Grupo Islâmico Armado (GIA) e suas ramificações, na sua maior parte dissidentes do AIS e do GIA, incluindo o agora muito falado Grupo Islâmico para a Predicação e Combate (GSPC).

Se é verdade que muito está por explicar durante este período, nomeadamente sobre o papel dos militares na luta antiterrorista, não deixa de ser real que a União Europeia olhou, durante anos, para um Magrebe onde apenas pareciam existir Marrocos e a Tunísia, em ambos os casos, e especialmente no último, com poucos créditos em matéria democrática.

A eleição do PR Abdelaziz Bouteflika foi marcante, não só por se tratar de um civil, quebrando-se a tradição militar na chefia do Estado, mas também porque o novo presidente argelino assentou o seu programa político na necessidade de promoção de uma amnistia, empenhando-se na construção de um relacionamento com a Europa em termos semelhantes aos marroquinos. Bouteflika não hesitou em enveredar por uma política pragmática e menos ideológica, negociando com o AIS com vista à sua dissolução e abrindo o país à cooperação internacional, incluindo em matérias anteriormente “tabu”, como a luta antiterrorista. Embora gradual, foi Bouteflika o chefe de Estado que iniciou uma liberalização gradual do sistema económico argelino, nomeadamente criando condições mais favoráveis aos investidores estrangeiros.

O novo quadro político e económico, não obstante a sua modéstia e timidez, quebrou o ciclo de isolamento externo, em especial no relacionamento com a Europa e com os Estados Unidos.

De uma situação de quase guerrilha generalizada, que marcou de forma brutal os anos 90 – com aldeias dizimadas em zonas rurais controladas pelo AIS, GIA e GSPC – a natureza do terrorismo alterou-se para uma forma de actuação menos generalizada mas mais imprevisível e de maior impacto, onde os alvos estrangeiros parecem agora ser parte da estratégia do GSPC após a adesão à rede Al Qaeda e a mudança de designação para Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), em Janeiro de 2007. A penetração da AQMI nos centros nevrálgicos do país, e simbolicamente na capital, com atentados de elevado nível de preparação e de destruição em 2007 (especialmente os dois atentados de Dezembro sobre o Tribunal Supremo e o PNUD) e 2008, constituem um elemento de incerteza no futuro do país devido aos efeitos nefastos sobre o investimento externo no país e sobre o ritmo da normalização política em curso.

Porém, ao contrário do ocorrido no passado recente, a Europa e, em particular, Portugal, partilham hoje interesses comuns diversos com a Argélia, acompanhando com proximidade o rumo do país.

O novo quadro do relacionamento luso-argelino assenta no modelo criado a partir de finais de 2003, com a visita do PR Sampaio à Argélia e posterior visita do PR Bouteflika a Portugal, em Setembro de 2004, visitas complementadas em 2005 pela assinatura do Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre os dois países, em vigor desde Março de 2006, e por nova visita do PR argelino a Portugal, durante a qual foram assinados sete acordos de incidência económica.

A Argélia é hoje o oitavo fornecedor de Portugal, consumidor do potencial energético argelino (em especial gás natural, do qual Portugal depende em 40% do total do respectivo consumo interno), sendo Portugal um importante investidor na Argélia, com mais de 500 milhões de euros nos últimos quatro anos em sectores tão variados como o sector energético (cooperação no sub-sector do ciclo combinado e entrada da SONATRACH, empresa argelina de hidrocarbonetos, no capital da EDP), gestão do abastecimento e da rede de água, transportes e infra-estruturas.

As empresas portuguesas têm, aliás, tido uma elevada taxa de sucesso em concursos públicos para empreitadas no país, algo que não se deve apenas à qualidade técnica das empresas em causa mas também à intenção do regime argelino de contar com Portugal para parceiro no desenvolvimento.

As condições socioeconómicas do Estado argelino e a elevada concentração dos recursos do país no sector energético, constituem uma oportunidade para Portugal, através de serviços de valor acrescentado, dos quais a Argélia está carente. Projectos de engenharia e de transportes, construção de pontes e barragens, gestão de serviços como auto-estradas e portos, não esquecendo mega-projectos como o metro de Argel e, a prazo, a construção de uma nova capital política, são domínios onde Portugal e as suas empresas poderão contribuir com “know-how” e experiência relevantes, complementando a predisposição política já existente.

As previsões económicas apontam para cenários optimistas neste domínio. Vários indicadores apontam para um crescimento da economia argelina em 4,1 a 4,5 por cento em 2007 e 2008 respectivamente, assente no desenvolvimento do sector energético (essencialmente no elevado preço do petróleo no mercado mundial e no elevado investimento público. A Argélia é actualmente o 12º maior produtor de petróleo e tem as oitavas maiores reservas de gás natural do mundo. O aumento dos rendimentos provenientes dos hidrocarbonetos e a consequente estabilização macroeconómica, permitiram ao governo argelino lançar o Programa de Consolidação Económica (PCE), que afectou 140 mil milhões de USD em investimento público, para o período de 2005-2009. O principal objectivo mantém-se a diversificação da estrutura económica argelina e reforço do sector privado, reduzindo assim a dependência face aos hidrocarbonetos (cerca de 50 por cento do PIB).

Para que as condições de confiança sejam duráveis, a Argélia deverá manter e aprofundar a política de estabilização do regime, avançando no sentido da democratização e da “civilização” do Estado, iniciando um processo mais claro de separação dos poderes político e militar, e apostando, com rapidez em políticas de distribuição da riqueza e criação de empregos. Os tumultos sociais que ocorreram no passado em diversas regiões do país, com maior incidência na autonomista Cabília, parecem ter hoje regressado às ruas, assentes na incompreensão da população sobre aquilo que o Estado recebe da exportação energética e o seu baixo nível de vida.

A anulação das tendências de eternização dos cargos de poder, onde se inclui o de Presidente da República, através de processos de engenharia constitucional, é também indesejável num país que se pretende modernista.

Deverá igualmente o regime argelino manter posturas claras em relação à radicalização islâmica que penetra todo o mundo muçulmano, não pactuando, como por vezes ocorre no mundo islâmico moderado, por oportunismo, demagogia ou puro receio, com os movimentos assumidamente anti-ocidentais que aí actuam, muitos dos quais legais.

A difícil situação de segurança, com as tentativas de “iraquização” da Argélia através de métodos terroristas novos na Argélia (incluindo a utilização de bombistas suicidas), susceptíveis de se agravarem com o retorno dos “emigrantes” no Iraque e Afeganistão, deveriam incentivar as autoridades argelinas a cooperar com a Europa de forma mais voluntarista e transparente, abandonando de vez as técnicas de contra-informação como as que ainda hoje ocorrem.

A Argélia carece ainda de mecanismos que facilitem a criação de empresas, a protecção da propriedade e a agilização na dissolução de empresas, necessitando de aumentar a eficácia no seu sistema de contencioso, atraindo maior segurança do investimento no sector financeiro. A transparência do mercado, com a criação de reguladores e a publicação de dados económicos credíveis – caso da taxa de desemprego que deverá, na realidade, rondar os 30 por cento, ou seja, mais de 50 por cento acima dos números oficiais - são outros dos factores susceptíveis de melhor prepararem a Argélia do século XXI.

A Portugal caberá, nos vários domínios onde está envolvido, actuar a favor a liberalização económica e política argelina, nomeadamente através da integração argelina no espaço mediterrânico, seja por via do “5+5”, seja através do processo de Barcelona ou da iniciativa francesa da União Mediterrânica.

Portugal reúne, aliás, as condições para intermediar um diálogo mais produtivo entre a Argélia e Marrocos, tanto na resolução das questões bilaterais como no processo inalterado do Sahara Ocidental por forma a deixar claro que o relacionamento de Portugal com a Argélia não é factor de exclusão de outros parceiros árabes e magrebinos mas de integração regional entre as duas margens, devendo assim ser entendido por todos os actores do espaço mediterrânico.